

O HOMEM QUE QUERIA SER DEUS



Um estudo sobre o significado das pragas e o impacto da morte dos primogênitos sobre um homem que se imaginava Deus.

“não percebes que o Egito está arruinado?”

WELINGTON JOSÉ FERREIRA

PROLOGO

Wellington Corporation

Somos tão presunçosos que desejaríamos ser conhecidos em todo o mundo... E tão vaidosos que a estima de cinco ou seis pessoas que nos rodeiam, nos alegra e nos satisfaz.

Blaise Pascal

Momentos antes da Oitava Praga.

3 Dirigiram-se, pois, Moisés e Arão ao faraó e lhe disseram: "Assim diz o Senhor, o Deus dos hebreus: 'Até quando você se recusará a humilhar-se perante mim? Deixe ir o meu povo, para que me preste culto.

4 Se você não quiser deixá-lo ir, farei vir gafanhotos sobre o seu território amanhã.

5 Eles cobrirão a face da terra até não se poder enxergar o solo. Devorarão o pouco que ainda lhes restou da tempestade de granizo e todas as árvores que estiverem brotando nos campos.

6 Encherão os seus palácios e as casas de todos os seus conselheiros e de todos os egípcios: algo que os seus pais e os seus antepassados jamais viram, desde o dia em que se fixaram nesta terra até o dia de hoje ". A seguir Moisés virou as costas e saiu da presença do faraó.

7 Os conselheiros do faraó lhe disseram: "Até quando este homem será uma ameaça para nós? Deixa os homens irem prestar culto ao Senhor, o Deus deles. Não percebes que o Egito está arruinado?"

Não percebes que o Egito está arruinado?

CAPITULO PRIMEIRO

A histórias das dez pragas é uma narrativa conhecida a milênios. A cerca de 3500 anos pelo menos. *Let my people go*. Essa foi a ordem que ecoou várias vezes pela boca do recém-empossado profeta Moisés aos ouvidos incrédulos e na alma teimosa de um dos mais poderosos homens que a terra de outrora contemplou

Este texto não vai se aprofundar no significado individual de cada uma das manifestações fantásticas que aconteceram naqueles dias, nem procurar uma possibilidade natural para os acontecimentos registrados no Livro de Êxodo.

Antes irá meditar sobre a intransigência humana diante do desconhecido. Vai ponderar sobre o que está por detrás da mais intrigante recusa, da mais imponderável resistência, que levou um homem a dizimar sua história, atormentar seu povo e extinguir seus recursos, à reconsiderar sua situação diante do imponderável.

Esse texto tem início na oitava praga.

A história humana demonstra momentos da tremenda vaidade humana. Hitler diante da iminente derrota diante das forças aliadas envia para a morte milhares de alemães no cerco de Berlim, em nome de sua loucura. Jung interpretou o nacional socialismo, o comunismo e outros "ismos", em geral como fenômenos patológicos, de identidade. Uma irrupção do inconsciente coletivo. "Wotan" havia tomado posse da alma do povo alemão. E quem é Wotan? O deus pagão dos germânicos, "um deus das tempestades e da efervescência, desencadeia paixões e apetites combativos". Num ensaio publicado em 1936, Jung traça o paralelo entre Wotan redivivo e o fenômeno nazista.

No livro "Por Dentro do III Reich" de Albert Speer um especialista em aviação tece o seguinte relato sobre a intransigência de Hitler:

"À medida que a situação piorava, Hitler foi ficando mais inacessível a todo argumento oposto às suas opiniões, tornando-se mais autoritário do que tinha sido até então. Isso teve consequências importantíssimas no campo técnico, daí decorrendo ter-se inutilizado a mais valiosa das nossas "armas maravilhosas": o Me-262, nosso avião de caça mais moderno, com velocidade superior a oitocentos quilômetros por hora e capacidade de ascensão superior a todos os aparelhos inimigos".

“Já em 1941, apenas como arquiteto, eu testemunhara o ruído ensurdecedor de um motor a jato, durante a visita que fiz à fábrica de aviões desse tipo, Heinkel, em Rostock. O aparelho estava em experiência. Seu construtor, o Professor Ernst Heinkel, insistiu naquela época no aproveitamento daquele invento revolucionário. Durante a reunião em que se tratou de armamentos, em setembro de 1943, no campo de provas da Luftwaffe, em Rechlin, Milch entregou-me, sem pronunciar uma palavra, um telegrama que recebera na ocasião. O telegrama transmitia uma ordem de Hitler no sentido de paralisar os preparativos feitos para o fabrico em série do Me-262. Sem dúvida, decidimos não dar atenção àquela ordem, mas os trabalhos não puderam ser feitos com a pressa necessária”.

“Três meses depois, em 7 de janeiro de 1944, Milch e eu recebemos, ordem para nos apresentarmos no quartel-general. Essa ordem fora motivada pelo recorte de um jornal inglês em que se noticiava a próxima conclusão dos ensaios britânicos com os aviões a jato. Hitler, impaciente, exigiu que, no menor prazo possível, fabricássemos um grande número desses aparelhos. Entretanto, como já tínhamos abandonado os trabalhos preparatórios anteriores, só pudemos prometer para julho de 1944 a entrega de sessenta unidades mensais. De acordo com nossos cálculos, depois de janeiro de 1945 seriam fabricados duzentos e dez aparelhos por mês”.

“No decurso da reunião, Hitler deu a entender que cogitava de empregar como bombardeiro rápido o avião fabricado para atuar como caça. Os especialistas da Luftwaffe viram-se ludibriados. Supunham, entretanto que mediante argumentos de peso iriam alterar as intenções de Hitler. Mas houve o contrário disso: Hitler, teimosamente, mandou que se tirassem as armas de bordo dos aviões para aumentar-se o peso da carga de bombas. Sua opinião era que os aviões a jato não tinham necessidade de defesa, porquanto, tendo velocidade superior, os caças inimigos não os alcançariam. Muito desconfiado ainda com a nova invenção, determinou, para proteger o sistema de propulsão dos aparelhos, que estes fossem empregados, por algum tempo, em rumo vertical e a grande altura, tendo-se em conta uma diminuição da velocidade para redução dos esforços a que pudesse estar submetido o sistema, ainda não posto em prova”.

Com uma carga de bombas de quinhentos quilos e um primitivo dispositivo de pontaria, o efeito desses pequenos bombardeiros foi ridiculamente insignificante. No entanto, se tivesse sido empregado como caça, aquele aparelho, por suas qualidades superiores, abateria os quadrimotores norte-americanos que despejavam milhares de toneladas de explosivos sobre as cidades alemãs. Nos últimos dias de junho de 1944, Goering e eu tentamos, mais uma vez em vão, mudar o pensamento de Hitler. Pilotos de caça tinham experimentado os novos aparelhos e pediam que fossem utilizados contra as frotas de aviões de bombardeio norte-americanos. Hitler não fez caso das nossas palavras. Baseava sobre qualquer ponto seus argumentos irreflexivos e opinava que a velocidade nas evoluções e a rapidez na mudança de altitude exporiam os pilotos a esforços físicos consideravelmente maiores do que os atuais. Ora, ainda segundo Hitler, precisamente a maior velocidade dos novos caças redundaria para eles em desvantagem, no combate aéreo, porquanto os caças inimigos poderiam manobrar melhor, graças à sua menor velocidade. O fato de os novos aparelhos poderem voar a maior altura do que os caças de escolta americanos, e por sua maior velocidade poderem atacar os lentos grupos norte-americanos de bombardeio, não impressionou Hitler. Quanto mais insistíamos, mais ele permanecia emperrado em suas ideias. Quando muito, para consolar-nos, prometeu-nos que em futuro distante ordenaria um emprego parcial daqueles aparelhos em missões de caça”.

“Todos aqueles que, de certo modo, tinham autoridade para tratar com Hitler desse assunto tentaram mudar a opinião dele, devido à nossa desesperadora situação aérea: Jodl, Guderian, Model, Sepp Dietrich e, naturalmente, os principais generais da Luftwaffe pronunciaram-se insistentemente contra a decisão de Hitler. O Führer assim demonstrava que todos os pronunciamentos daqueles oficiais desvalorizavam, de certo modo, os conhecimentos militares dele e a sua compreensão da técnica. Quando chegou o outono de 1944, livrou-se afinal, conforme seu estilo pessoal, de todas as discussões e da crescente insegurança a respeito, proibindo que daquela época em diante tocassem no assunto com ele”.

“Quando eu disse por telefone ao General Kreipe, chefe do Estado-Maior da Luftwaffe, o que eu pretendia expor a Hitler, em meu relatório de meados de setembro, a respeito dos aviões a jato, o general, insistentemente, aconselhou-me a não fazer nenhuma alusão a respeito. Hitler perderia por completo o domínio de si mesmo e eu provocaria a maior entre todas as dificuldades somente com a menção do Me-262. Apesar da advertência do general, eu insisti com Hitler, explicando-lhe que o emprego do avião fabricado para caça como bombardeiro carecia de sentido, sendo totalmente errôneo, dada nossa situação militar. Acrescentei que era a opinião dos chefes militares da Aviação e também dos oficiais do Exército. “Hitler não fez caso das minhas ponderações e retirei-me ao setor da minha jurisdição, pois, na realidade, a questão do emprego de aviões incumbia-me tão pouco quanto a da escolha do tipo de avião que se deveria fabricar”.

CAPITULO SEGUNDO

Há uma coisa em comum nos déspotas, ditadores, agentes totalitários, diretores de instituições, presidentes de corporações, e muitos homens em posição de poder, diluído em algum grau, a questão central que concedia certa legitimidade aos principados da antiguidade, o complexo de divindade. Os reis da antiguidade se entendiam como descendentes dos deuses, suas famílias eram separadas para reinar entre as demais famílias por que tinham essa herança divina. Assim se consideravam os babilônicos, os assírios, dezenas de governantes da antiguidade em diversas civilizações. Posteriormente essa ascendência divina fora substituída pela escolha divina, pela representação onde os reis eram separados por uma escolha fruto de um oráculo, uma visão, algo reconhecido como sinal divino. Como que dotados de humanidade, ou melhor, do pior que a humanidade tem para oferecer. Interpretavam os deuses, a que serviam, como seres dotados de vontade e de caprichos, retratando suas paixões e seus desejos em seres dotados de poderes ilimitados. Nos dias atuais o totalitarismo, o poder decisório numa única pessoa que estabelece pela sua única vontade o destino de muitos possui outras ideologias, jurídicas, administrativas, financeiras, filosóficas, políticas, corporativas, que lhes concedem a base de pensamento, mas os homens continuam atuando do mesmo modo, como se fossem deuses da antiguidade, em determinadas situações. No uso do poder com base em seus caprichos, desprezam o bom senso, as normas sociais, as leis.

Essa tendência humana, mórbida, ao domínio, com base em pensamentos distorcidos, contaminou várias áreas do conhecimento humano criando aberrações como a eugenia.

A eugenia é a tentativa de “divinização”, se não de um homem, quem sabe, de uma raça...

Criar raças híbridas de animais era algo a que o biólogo russo Ilya Ivanov já estava habituado. Uma criatura com as características da zebra e do burro, e outra que juntava a vaca ao bisonte, era este o seu currículo em inícios do século XX. Para ser ainda mais audaz, quis misturar o ser humano com o seu parente mais próximo – o chimpanzé. Quando, em 1924, a revolução bolchevique comemorava o seu décimo aniversário, o investigador propôs aos líderes da União Soviética passar da teoria à prática. Bastava uma considerável soma de dinheiro, um punhado de primatas e algumas mulheres férteis para que as experiências comesçassem. Apesar de a maior parte dos cientistas russos reprovarem as suas intenções, Ivanov recebeu o financiamento para desenvolver as suas tenebrosas ideias.

Em 1926, os planos do “Frankenstein Vermelho” (o novo epíteto de Ivanov) deixaram de ser segredo, com a imprensa ocidental a interrogar-se, numa mescla de espanto e choque, sobre o que estariam os soviéticos a tramar.

Segundo o regime de Hitler, em 60 anos a população alemã passaria a ser constituída, por 80% de indivíduos “socialmente inferiores”. Para evitar tal situação a solução passava por impedir que procriassem.

Para o investigador russo, gerar um bebé meio humano, meio macaco, seria a prova irrefutável de que Charles Darwin tinha razão quando defendeu que o ser humano descende de primatas. Na mente dos bolcheviques, seria um golpe certo na religião, ridicularizando o mito de que a humanidade era fruto de divindades.

Ao mesmo tempo, a investigação integrava-se num vasto plano que visava mudar a sociedade, em direção à utopia socialista. Para os intelectuais bolcheviques, só a ciência seria capaz de transformar radicalmente as pessoas. Desenvolvendo técnicas como a inseminação artificial, acreditavam ser possível escolher certas características, eliminando outras como a competitividade, a ganância e o desejo de propriedade. Numa época de efervescência revolucionária, nada tinha limites.

Ivanov viajou até à Guiné, em África, onde desenvolveu vários testes em chimpanzés. Apesar de ter inseminado sémen humano em chimpanzés fêmeas, a tentativa redundou num fracasso, pois nenhum dos primatas conseguiu fecundar.

Frustrado, o “Frankenstein Vermelho” voltou à pátria russa, disposto a recorrer ao igualmente bizarro plano B: **usar os espermatozoides de chimpanzés em fêmeas humanas**. Cinco mulheres ofereceram-se a Ivanov como cobaias (*o que duvido muito*), mas eis que tudo voltou à estaca zero quando o único chimpanzé fértil que Ivanov tinha morreu subitamente.

Quem não perdoou o fracasso foi Stalin. O cientista tornou-se numa das vítimas das famosas purgas do líder soviético, acabando por morrer exilado num dos cantos remotos da URSS, em 1932.

E pasmem, para muitos cientistas ocidentais da época, *o insucesso de Ivanov foi um alívio*, uma vez que impossibilitou Stalin de possuir um formidável e obediente exército de homens-macaco.

A ciência, *consciente de seu poder semi-divino*, cria na possibilidade de mudar a natureza, a qual não conhece, a qual não domina, a qual não compreende senão superficialmente.

Eugenia made in USA

Do outro lado do Oceano Pacífico, nos EUA, a Eugenia teve também os seus defensores. Os cientistas estavam sobretudo preocupados em limpar a raça humana de qualquer “poluição genética”. Bastava impedir que os cidadãos “menos aptos” tivessem filhos, nem que para isso tivessem de os esterilizar.

Esta seleção reprodutiva, aplicada para preservar certos grupos humanos, ou algumas das suas características, ficou conhecida como “eugenia” (do grego “eugénés”, que significa “bem nascido”), com a sua prática a ser defendida em finais do século XIX pelo antropólogo britânico Francis Galton. Todavia, esta ideia jamais foi aplicada, a nível legislativo, em terras de *Sua Majestade*. Simplesmente, a tradição democrática no Reino Unido parecia demasiado forte para tamanho “nonsense”. Era o poder político a opor-se aos cientistas.

Mas o “disparate” pareceu não encontrar uma oposição tão veemente nos EUA, onde encontrou ecos legislativos. De tal modo que até a **poderosa família Rockefeller** sustentou, financeiramente, institutos científicos que apoiavam a prática da eugenia.

Um dos primeiros promotores da eugenia em terras do Tio Sam foi o pai do telefone, o inventor Alexander Bell. Enquanto vendia o seu aparelho pelo país, Bell dedicou-se a estudar a taxa de surdez no território americano, concluindo que a deficiência se transmitia de pais para filhos. A sua solução para o problema consistia em proibir o casamento entre pessoas surdas.

Talvez esta conclusão se devesse ao medo de Bell de que o seu invento não fosse apreciado por todos, mas a verdade é que ideias como a sua começaram a ganhar mais ouvintes.

Em 1896, surgiram as primeiras leis que proibiam o casamento de quem fosse “epiléptico, imbecil ou de espírito fraco”. Entretanto, **doenças como a esquizofrenia e a desordem bipolar foram diagnosticadas como hereditárias**, promovendo a ideia de que era necessário impedir a sua passagem às gerações seguintes.

O devaneio extremou-se quando a *esterilização* forçada dos indivíduos com estes sintomas **foi legalizada em 1907**, no estado do Indiana. Uma trintena de outros estados seguiu o exemplo.

O passo seguinte foi a segregação racial, com base no argumento de que os cidadãos “inaptos” (como passaram a ser denominados), vinham da classe social mais pobre, constituída em grande parte pela população negra e imigrantes.

A miscigenação entre brancos e negros foi proibida nalguns estados, enquanto uma hierarquia de nacionalidades passou a guiar a entrada de estrangeiros no país. Os mais desejáveis vinham do Norte da Europa, enquanto quem era da zona mediterrânica, ou da Ásia, arriscava-se a ter que apanhar o barco de regresso a casa.

Influenciado com o que estava a ser feito além Atlântico, **Adolph Hitler** decidiu importar o modelo para a Alemanha Nazi. A diferença consistiu na sua massificação.

Mais de 400 mil alemães foram esterilizados, seguindo-se a eutanásia forçada de dezenas de milhares de idosos e doentes crónicos. A “ciência racial” acabou por atingir uma escala macabra com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, através do genocídio de cerca de 17 milhões de judeus, eslavos, ciganos, homossexuais, entre outros. O *Holocausto*, o símbolo maior deste período negro da história da civilização humana, ganhou assim forma.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a denúncia pública da barbárie Nazi, a eugenia caiu em desgraça, com a comunidade científica a opor-se-lhe frontalmente. Todavia, a esterilização forçada ainda se manteve até à década de 70, do século passado, em países como os EUA e a Suécia.

A idéia de “purificar a raça humana” acabou por se tornar num sinónimo de abominação, com a ciência a protagonizar um dos seus maiores momentos de desacerto. Era a prova de que nem todo o (suposto) progresso científico pode ser aceite como uma evolução social.

Com o descrédito da eugenia, muitas publicações científicas que abordavam o tema da genética tiveram de mudar de nome, adotando um que fosse politicamente correta.

A Eugenia é a tentativa humana da genética de realizar por si mesma o papel que não lhe pertence. Essa arte de ostentar o status de divino, independência para decidir o que é devido, arbitrar e realizar de acordo com a vontade humana aquilo que TRANSCENDE ao homem manifesta-se na civilização de diferentes formas. E em alguns momentos de um modo terrível, seja na esfera política, seja na esfera social.

CAPITULO TERCEIRO

Desde a aurora dos tempos o homem procura meios para agir como se fosse um deus no meio dos homens. E se impossível for dada as circunstâncias culturais, de impor-se desta maneira sobre uma comunidade, ao menos sobre algumas pessoas. A mulher, sempre estigmatizada na maioria das ditas civilizações, é uma das vítimas mais atacadas de um sistema em que homens recebem o poder da vida e da morte, agindo como senhores do destino, e capacitados até por tradições jurídicas, legitimados por uma jurisprudência torpe qualquer. Omo na história de Aisha.

A revista Time, deu destaque à trágica história de Aisha, uma jovem afegã, de 18 anos, a quem foram cortadas as orelhas e o nariz por não respeitar as regras talibãs e ter fugido da casa da família do marido.

Ela tinha apenas 8 anos quando foi prometida em casamento, uma cerimônia destinada a resolver uma briga entre clãs num dos lugares mais primitivos do mundo, o montanhoso interior do Afeganistão. Quando ela completou 16 anos Bibi Aisha foi mandada para a família do marido. Sem conhecer ao marido... Segundo ela, estava combatendo no Paquistão, como militante do Talisbã. Ele só retornou ao saber que Bibi Aisha havia fugido, por conta dos maus-tratos que sofria nas mãos, do sogro e dos cunhados. E foi ele, seu marido e um de seus cunhados que realizaram o terrível plano para, segundo a sua visão religiosa distorcida, viesse a resgatar a honra da família.

O homem não pertence a si mesmo. E nem é dono do destino de outros seres humanos. Na verdade, não os seres humanos são donos, sequer, de seus próprios corpos. A vida pertence a Deus. E o corpo que envolve essa vida pertence, igualmente, a Deus.

Ao assumir em suas mãos a vida e a morte de seu semelhante o homem advoga para si um direito que não lhe assiste.

Ele se *autodiviniza*.

Ele reclama para si COMPETENCIA (juridicamente falando) que não lhe foi outorgada. Na verdade, o que faz é usar o que lhe é propício, do seu arcabouço cultural ou religioso, científico ou filosófico como veículo de seu ódio.

Grécia

Os herdeiros das conquistas de Alexandre o Grande, para se firmarem como governantes sobre muitos países conquistados necessitavam a anuência do sacerdócio vigente. Mais que isso, até. **Necessitavam LEGITIMAR o seu domínio através de rituais e formalidades que os declarassem como divinos.**

Uma vez que a classe sacerdotal estava inserida em todos os setores da administração da terra do Egito, financeiros e militares, não era possível empreender uma tentativa macedônica ou nativa em demarcar áreas de influências “justas”.

Alexandre buscou “emoldurar” e não destruir os sacerdócios egípcios, embora não se encerrasse aí a questão. Após a conquista do Egito, Alexandre seguiu de Mênfis para o Templo de Amon do oásis de Siwa, na fronteira ocidental, onde o Oráculo **o proclamou “Filho de Amon”**. Com a manutenção das cerimônias de coroação em Mênfis, segundo as tradições egípcias, com o reconhecimento dos oráculos locais e com a aceitação de elementos da última casa real nativa em seu exército, Alexandre repetiu no Egito uma política interna que seria amplamente seguida por seus sucessores: legitimar-se no poder tornando-se simultânea-mente faraó para egípcios e basileu para os gregos.

Os reinos helenísticos dos Selêucidas e dos Ptolomeus tinham durante muitos anos, **elevado os seus monarcas à posição de divindade** e tinham-lhes aplicado títulos tais como Senhor (Kyrios), Salvador (Soter), ou *Divindade Manifesta* (Epiphanes).

Roma

A concentração das funções executivas do estado romano na pessoa de um homem tinha-o munido de poderes sem precedentes na história do mundo.

O culto do imperador não foi estabelecido arbitrariamente. Desenvolveu-se gradualmente da crescente atribuição de horas sobre-humanas ao imperador e do desejo de centralizar nele a obediência do povo. Júlio César foi, depois da sua morte, chamado Divus Julius. Desde o tempo de Augusto, todos os imperadores eram divinizados na sua morte por voto do Senado, posto que alguns não tomassem a honra muito a sério. Calígula ordenou que fosse erigida a sua estátua no templo de Jerusalém, mas como era considerado geralmente um louco, não pôde este seu ato ser considerado como representando a política geral dos imperadores. Até o tempo de Domiciano, no fim do primeiro século, nenhum imperador tentou forçar os seus súditos a prestar-lhe culto.

Calígula (Caio Julio Cesar Germanico Calígula): 37-41 d.C. Calígula significa: "botinhas". No ano 39 d.C., Calígula desenvolveu muitas mudanças muito controvertidas no seu governo que fizeram da religião um importante elemento do seu papel político. Se auto investiu de divindade, promulgando um decreto de que sua estátua fosse erigida em todos os templos do império romano. Calígula começou a realizar as suas aparições públicas vestido do deus ou semideus, como: Hercules, Mercúrio, Vênus, Apolo. **Referia-se a si mesmo como um deus quando comparecia perante os senadores** e ocasionalmente aparecia nos documentos públicos com o nome de Júpiter. **Erigiu três (3) templos dedicados a si mesmo:** Dois em Roma e um (01) em Mileto (província da Ásia).

No Fórum, o templo de Castor e Polux foi vinculado diretamente à residência no Palatino e *dedicado a Calígula*.

Foi nesta época que começou a aparecer perante o povo como deus. A política religiosa deste imperador rompia totalmente com o de seus antecessores. Segundo Diao Cassio (155-229 d.C.), historiador romano, os imperadores podiam ser adorados no oriente, enquanto os imperadores mortos podiam ser adorados em Roma.

Calígula foi muito além ao obrigar o Senado e o povo a render-lhe culto em vida.

Não se contentava com as grandes honras, que se costumavam a dar aos homens, mas podia aspirar as que se davam aos deuses e, diz-se que para se justificar de tal grande pretensão, assim raciocinava: "Como aqueles que conduzem manadas de bois, rebanhos de carneiros e cabras, não são nem bois, nem carneiros, nem bodes, mas homens de uma natureza infinitamente mais digna e superior a dos animais, assim do mesmo modo, os que governam a todos os homens, a todas as criaturas do mundo, merecem ser considerados como sendo mais que simples homens e devem ser tido por deuses". Passou a se igualar as divindades romanas, como os deuses Baco, Hercules, Castor e Polux (dois filhos de Júpiter), Tritão, Anfiauro, Marte, etc.

Zombava de seus oráculos e de suas cerimoniais e as tirava deles, para atribui-las a si mesmo. Realizava em honra própria muitos jogos de competição: hipismo, corridas de bigas, combates de gladiadores, etc.

Chegou a participar nos combates "arranjados" de gladiadores.

O Imperador Adriano (117-138 d.C.) se esforçou para ganhar a admiração do povo com doações, diversos jogos e combates de gladiadores no anfiteatro. Frequentador diário da Palestra, recinto tipicamente no estilo grego, onde realizavam-se competições atléticas, instituiu jogos periódicos em honra ao jovem atleta grego Apoximenos Antinous, vencedor do pugilismo nas olimpíadas de 332 a.C., símbolo da harmonia e força física, eternizado em estatueta de bronze pelo escultor grego Lisipo (370-318 a.C.).

Adriano em sua visita a Bitínia (norte da Ásia Menor, hoje Turquia), conheceu um jovem chamado Antínoo (110/112-130 d.C.) e levou-o consigo para Roma, tornando-o uma espécie de "pajem" ou "garoto de estimação", em razão de sua grande beleza. Segundo o Bispo Clemente de Alexandria (150-215 d.C.), o relacionamento entre ambos era sexual, comparado ao relacionamento do deus Zeus com Ganimedes. Adriano era 34 anos mais velho que Antínoo (um adolescente), enquadrando-se na relação homossexual existente na Grécia clássica. Em outubro de 130 d.C., durante uma visita ao Egito, Antínoo morreu afogado no rio Nilo, sendo as circunstâncias não terem sido esclarecidas até hoje. Semanas após o ocorrido, o Imperador decretou a sua divinização. Ordenou a construção de uma nova cidade perto do local de sua morte, Antinópolis (= cidade de Antínoo) em sua homenagem, no alto Egito. A divindade protetora desta cidade era um deus sincrético, **resultado da fusão de Antínoo com Osíris**.

Por todo o império foram erguidas estatuas deste jovem e na parte oriental, levantaram-se templos ao falecido. Foi dado o nome Antínoo a uma estrela e o imperador escreveu um epitáfio (frase de homenagem) dedicado ao jovem, que mandou gravar num obelisco, que se encontra hoje nos jardins do Pincio em Roma.

Segundo o historiador Pausânias (180-115 a.C.), seu templo em Mantíneia (cidade situada na Arcádia, sul da Grécia), era o mais novo da cidade. Em sua honra, foram celebrados rituais religiosos todo ano e jogos a cada 4 anos: combates de gladiadores, corridas de cavalos, corridas de bigas, etc No ginásio de Mantíneia, havia estatuas de Antínoo. Os retratos de Antínoo eram feitos de forma que ele se parecesse com o deus Dionísio.

Século XVII

Para atingir um status divino que não possui o homem lança mãos de artifícios. Uma destes é o auto engrandecimento, basicamente, tagarelar a respeito de sua própria glória. A palavra glória diz respeito a atos de grandeza que immortalizam ou engrandecem a pessoa que os realizou. No século XVII há uma grande relação entre arte e poder. Luís XIV (1638-1715) e seus conselheiros preocupavam-se muito com a imagem real, por isso recorreram a todas as formas de representações para aumentar a sua glória. Segundo Peter Burke,

“Os escritos do período não deixam dúvida acerca da importância da reputação ou glória de reis ou nobres semelhantes”. No século XVII, o que realmente significava esta glória tão almejada pela realeza e nobres? De acordo com este autor, “num dicionário do período, glória distinguia-se de louvor porque ‘o louvor é dado por indivíduos e a glória por todo o mundo’. [La louange se donne par les particuliers, ET la gloire par le général du monde]”. (BURKE, 1994, pp. 14, 16-17). Conforme lembra Peter Burke, “Glória era uma palavra-chave da época. Sua importância foi sublinhada nas Mémoires de Luís. Mademoiselle de Scudéry ganhou uma medalha da Academia Francesa por seu ensaio sobre o tema. A personificação da Glória aparecia em peças teatrais, em balés e em monumentos públicos. Há uma Fonte da Glória nos jardins de Versalhes” (BURKE, 1994, p. 17).

CAPITULO QUARTO

Egito

Retornando no tempo até o Egito antigo, do ponto de vista oficial — nos ensina o egiptólogo John Baines — a sociedade era constituída pelos deuses, pelo faraó e pela humanidade. Mas a humanidade está ausente da maioria dos registros pictóricos oficiais, que representam a história e a religião como a interação entre os deuses e o faraó. Essa frase nos dá uma boa ideia de como deveria se estruturar na cabeça de um egípcio antigo o seu relacionamento na vida em grupo e a importância que dava ao rei. A verdade é que existia uma série de regras que ditavam como determinadas figuras podiam ou não ser representadas. Nos períodos mais antigos não era permitido, por exemplo, que um indivíduo particular e um deus fossem representados juntos e também não se permitia que as pessoas comuns fossem representadas no interior dos templos. Além disso, Baines ainda nos conta que o rei atua como mediador — em certos casos o único — entre o deus e os homens. Representa os homens junto dos deuses e os deuses junto dos homens, sendo também o exemplar vivo do deus criador na Terra e reinterpreta o papel deste ao estabelecer a ordem no caos. Na figura acima vemos Ramsés III (c. 1194 a 1163 a.C.) abraçando a deusa Ísis em condição de igualdade com ela, como se um deus também fosse.

Competia aos faraós zelarem pelo bem-estar do povo e, ao longo da história egípcia, eles assim o fizeram e tomaram para si as preocupações da população. Uma das principais tarefas que cabia ao faraó para proteger a nação, numa terra sem chuva, era **a de manter o controle sobre o Nilo**. Então, anualmente, **ele realizava cerimônias destinadas a garantir que as águas do rio subissem com regularidade infalível** e fossem usadas adequadamente. Portanto, **havia uma íntima conexão entre o faraó e o Nilo**, do qual dependia a prosperidade do país.

Até Akhenaton (c. 1353 a 1335 a.C.), o adorador monoteísta do Sol, era saudado como um Nilo que flui diariamente dando vida ao Egito. Para reforçar seu poderio junto às massas, os reis procuravam identificar-se com os deuses. Às vezes se auto divinizaram e, nesses casos, se faziam representar no seu aspecto normal apresentando oferendas aos seus alter egos divinos, como o fizeram, por exemplo, Amenófis III (c. 1391 a 1353 a.C.) e Ramsés II (c. 1290 a 1224 a.C.). Por outro lado, também ocorria de um faraó ser divinizado após a morte, mas o fato nesse caso era devido mais aos feitos do rei do que ao entendimento de que ele fosse um deus verdadeiro. Em síntese, o faraó, em virtude de seu cargo, era encarado como um ser à parte e seu papel como deus ou como homem era diferente de acordo com o contexto em que atuasse.

Em verdade, quando a unidade política do Egito se firmou, durante a III dinastia (c. 2649 a 2575 a.C.) e a dinastia seguinte (c. 2575 a 2465 a.C.), a estabilidade foi alcançada com a ajuda de um novo dogma segundo o **qual o rei era considerado sobre-humano, verdadeiro deus a reinar sobre os homens**. Ao que tudo indica, esse foi um dogma elaborado no decorrer das primeiras dinastias visando consolidar um único poder sobre os territórios do Norte e do sul. Acredita-se que essa idéia dogmática já fincara suas raízes no passado pré-histórico e que estivera presente por muito tempo como conceito vagamente formulado. Usando tal conceito e detalhando sua aplicação, as primeiras dinastias obtiveram sua formal aceitação e sancionaram um governo emergente. Poder-se-ia dizer — escreveu A. Abu Bakr, ex-professor da Universidade do Cairo — que **a partir da III dinastia o chefe do Estado não era um egípcio do norte ou do sul, mas um deus**. Como tal, acreditava-se que **o espírito de Hórus nele penetrava quando era coroado** e com ele permanecia para guiá-lo nas sendas da deusa Maat, ou seja, nos caminhos da verdade. **Após sua morte o faraó residiria junto com os demais deuses e se identificaria tanto com o deus-Sol** (Hórus ou Rá) quanto com Osíris e, então, poderia guiar seus sucessores. A tradição também atesta, várias vezes, que houve dinastias de deuses que reinaram como faraós nos primeiros tempos e que o prolongamento histórico dessa situação foi o surgimento dos reis terrestres, herdeiros divinos estabelecidos e protegidos pelas divindades. A maior delas, Hórus, se fazia então presente encarnado no faraó. Dentro desse enfoque, afirma o egiptólogo americano John A. Wilson, o pequeno faraó que se sentava no trono do Egito não era um ser humano e transitório, mas o mesmo "bom deus" que havia sido desde o princípio e que seria eternamente.

De acordo com essa dogmática teoria, o faraó era o responsável por todas as atividades do país. **E era, ainda, o sumo sacerdote de todos os deuses**, devendo servir-lhes, diariamente, em todos os templos. Sendo fisicamente impossível realizar todas as tarefas a ele conferidas, nomeava representantes que as executavam: ministros, funcionários provinciais, gerais, sacerdotes, etc. Ainda em teoria, seu poder era absoluto. Na prática, esclarece Abu Bakr, ele era a personificação de crenças e práticas muito antigas que se desenvolveram progressivamente com o passar dos anos. **Na realidade, a vida dos reis era tão codificada que estes não podiam passear ou banhar-se sem submeter-se ao cerimonial estabelecido para cada um desses atos, regulado por ritos e obrigações.**

No que se refere às obrigações religiosas, chegou-se a um ponto tal que o rei passou a ser visto como o oficiante supremo dos ritos, ou mesmo o único sacerdote. Só ele tinha o direito legítimo de realizar o culto e foi por isso que, no início do Império Médio (c. 2040 a.C.), recebeu o título **de Senhor do Ritual**. Os sacerdotes espalhados por todos os templos egípcios agiam simplesmente como representantes do rei e dele recebiam suas missões. Quer se tratasse do culto diário ou daqueles dos dias festivos, os atos rituais como as oferendas, as procissões, etc., realizados nos inumeráveis santuários do país, tinham por única função a manutenção da ordem universal, que a deusa Maat simbolizava.

Como, talvez, o simples fato de sentar-se ao trono não fosse suficiente para explicar a natureza divina do rei, lendas foram sendo criadas. **Uma delas relata como os primeiros três faraós da V dinastia (c. 2465 a 2323 a.C.) nasceram da esposa de um mero sacerdote, concebidos pelo próprio Rá, o deus-Sol.**

Essa ficção sobre o nascimento do rei se manteve ao longo de toda a história do antigo Egito e em vários templos as paredes exibem esse casamento divino. **O deus-Sol toma a forma do faraó e insufla na rainha principal o sopro divino mantendo o símbolo da vida junto de suas narinas e como resultado de tal união nasce o herdeiro do trono.** A mais célebre versão desse mito está representada nas paredes do templo funerário da rainha Hatshepsut (c. 1473 a 1458 a.C.), da XVIII dinastia (c. 1550 a 1307 a.C.). Até os nomes dos faraós são alterados em função dessas crenças. Antes da V dinastia os nomes dos faraós como, por exemplo, Djoser, Snefru, Khufu, não incluíam o nome do deus-Sol. A partir da V dinastia tornou-se comum que os reis tivessem nomes relacionados a Rá: Sahure, Neferirkare, Neuserre, etc. Foi também nessa época que a relação filial do faraó com o deus-Sol foi reafirmada com a inclusão no nome faraônico do título de filho de Rá agregado ao nome pessoal do rei, aquele que ele recebia ao nascer. Assim se expressava clara e enfaticamente — escreveu John A. Wilson — que o faraó havia nascido como filho físico de Rá, conferindo-lhe desse modo direito legítimo de reinar no Egito.

A coroação, por sua vez, acreditava-se, embora terrenamente conduzida por cortesãos responsáveis pelas insígnias reais, ocorria no céu e era executada pelos deuses. Também isso é mostrado em muitos templos. O faraó Tutmósis III (c. 1479 a 1425 a.C.), por exemplo, declarou que foi Amon de Tebas que o reconheceu como seu filho quando ele, ainda menino, servia no templo de Karnak. Em consequência disso, ele alçou voo como um falcão divino até o céu e foi coroado pelo deus-Sol. De fato o que aconteceu foi que seu pai terreno, Tutmósis II (c. 1492 a 1479 a.C.), colocou sobre sua cabeça a coroa de co-regente no santuário do templo. A coroação do rei ocorria, no início da inundação, em uma época anunciada pelo surgimento de uma brilhante estrela: Sirius. Esse era um momento auspicioso para que, concomitantemente, um novo faraó e um novo Egito emergissem da antiga terra submersa nas águas caóticas da inundação.

Como a função síntese do faraó era a de manter a ordem universal, o advento de cada rei era encarado como uma recriação do velho universo dentro dos padrões primevos, os quais haviam sido mantidos intactos desde os tempos em que os deuses governavam a terra, mas que com a morte do rei precedente estavam sendo engolfados pelo caos. A coroação do soberano tomada por todos, pelo menos ficticiamente, como dia de **Ano Novo do ano civil em curso, produzia a vitória sobre o caos**. De novo acontecia a reunião das Duas Terras e a ordem se restabelecia. Foi essa idéia que fez com que o fundador da XII dinastia, Amenemhet I (1991 a 1962 a.C.), se intitulasse *Aquele que renova o nascimento*, ou seja, a criação do universo. *No dia da coroação, um filho e encarnação dos deuses ascendia ao trono de seus ancestrais* e ao morrer e ser assimilado a Osíris, o deus dos mortos, seu filho reinaria em seu lugar. Dessa maneira, o Egito estaria eternamente sob o comando benéfico de um deus. E não se tratava apenas de um soberano para o Egito, mas para todo o trajeto percorrido pelo disco solar.

CAPITULO QUINTO

Na verdade, as nações vizinhas reconheciam que um governante divino de um país tão rico, tão unificado e tão poderoso quanto o Egito era um verdadeiro deus. *Quando o faraó ascendia ao trono, elas lhe enviavam riquíssimos presentes e pediam suas bênçãos.* Em certa pintura mural, por exemplo, do túmulo de Sobek-hotpe, vemos uma delegação Síria trazendo ricos presentes para o faraó na sua coroação.

Os líderes, com roupas ricamente ornamentadas, caem ao chão e cheiram a terra, antes que o novo rei-deus suba ao trono, para rogar suas bênçãos. Seus presentes são vasos de ouro e prata, um recipiente de marfim cheio de precioso óleo e uma vasilha em forma de cabeça de águia de desenho micênico. Cenas como esta também podiam mostrar contingentes da Núbia e ocasionalmente das Ilhas do Grande Verde, ou seja, do Mediterrâneo.

É óbvio que interessava ao faraó como pessoa fazer crer que ele possuía o apoio dos deuses, pois desta maneira ninguém poderia depô-lo sob pena de incorrer na ira divina. Apenas se ele perdesse o favor dos deuses, caso em que não mais seria divino, poderia, então, ser deposto. **Sendo assim, ele mesmo proclamava que era um Hórus** — salienta John A. Wilson — um deus dos espaços remotos, do céu, como um falcão. Ele mesmo proclamava que era "as Duas Damas"; ou seja, **que sua natureza incorporava as essências das duas deusas que dominavam respectivamente no Alto e no Baixo Egito.** Essas duas coisas desvinculavam-no de qualquer lugar em particular da terra egípcia e, ao mesmo tempo, enraizavam-no nas duas regiões do país. Finalmente, com a V dinastia, se declarou filho divino do deus-Sol Rá, o deus supremo.

A aceitação pelo povo egípcio do dogma da divindade do rei pode ser explicada pela sua própria psicologia. É ainda John A. Wilson que nos esclarece que **eles não traçavam limites intransponíveis entre os diferentes estados do ser: humano e animal, vivo e morto, humano e divino**. Eles não viam diferenças essenciais nas substâncias dos diversos componentes do universo. Os vários fenômenos existenciais tangíveis e visíveis só eram diferentes na superfície, mas, na essência, eram da mesma substância e todos combinados em um grande espectro e mesclados sem limites precisos. Os egípcios não estabeleciam categorias independentes para fenômenos diferentes e passavam comodamente do humano ao divino e aceitavam o dogma de que o faraó, que vivia entre os homens como se fosse de carne e sangue mortais, na realidade era um deus que lhes dava a graça de residir na terra para governar o Egito. Portanto, podemos acreditar que o dogma da realeza divina era algo que os egípcios aceitavam de forma simples e natural.

O faraó não só era um rei-deus — os egípcios acreditavam nisso —, como também era **responsável por manter equilibrada a balança da deusa Maat, divindade incumbida de manter a ordem e evitar o caos**, o qual estava sempre aguardando uma oportunidade para engolfar o mundo. Enquanto o rei e seus súditos honrassem os deuses e obedecessem às leis decretadas pelas divindades, a balança seria mantida em equilíbrio e tudo correria bem. Se o faraó falhasse, todo o mundo sofreria e cairia em um inimaginável estado de anarquia.

Ninguém gosta de ser comandado por um dirigente fraco e, assim, gradualmente, a *ideia* da realeza divina foi se fortalecendo. Todos os egípcios aceitaram como verdadeira a afirmativa de que a força intelectual do rei vinha do suporte dos deuses e que enquanto esse respaldo fosse mantido nada poderia afetar o país. Uma vez que isso se perdesse, entretanto, o reino cairia em tumulto até que um novo rei forte, que tivesse o apoio divino, assumisse o trono. A importância disso foi reconhecida por todos os faraós até a época romana e cada novo rei perpetuou o mito da realeza divina como meio de legitimar seu direito ao trono. Portanto, esse conceito da divindade do rei foi de fundamental importância para a continuidade da realeza e a manutenção da ordem civil no Egito. Os sacerdotes tiveram importante papel nesse processo. A eles interessava mais dar suporte ao rei, o qual, em contrapartida, lhes dava suporte também, do que assumir a responsabilidade e serem acusados de não estarem agradando aos deuses quando as coisas eventualmente saíssem erradas.

Em que pese tudo o que vimos até aqui, não existia um culto ao rei vivo comparável ao culto aos deuses, a não ser os diversos atos de culto com os quais eram honradas as estátuas do monarca. Elas eram produzidas por ordem do soberano por razões propagandísticas e colocadas em pontos estratégicos de grande movimentação popular como, por exemplo, portas de templos ou postos de fronteira. Assim elas poderiam ser cultuadas pela devoção do povo em geral. No reinado de Ramsés II (c. 1290 a 1224 a.C.) o papel de mediadora que a estátua desempenhava entre os fiéis e o rei-deus ficou patenteado de forma bastante clara. Dessa época foram conservadas inúmeras estelas nas quais estão registrados pedidos de ajuda na solução de problemas, dirigidos às estátuas colossais do faraó colocadas diante de sua residência no delta do Nilo.

Se deuses eram em vida, mais deuses seriam os faraós após a morte. Assim como governava enquanto vivo, **o rei morto também governava no mundo subterrâneo**, *a maior das cidades*, como a chamavam os egípcios, mas agora mantendo um outro tipo de relação com o deus do além-túmulo, Osíris. O faraó torna-se Osíris e passa a ser, daí em diante, o mestre do mundo dos mortos. Entretanto, os Textos das Pirâmides nos dão outra imagem do além-túmulo, centrada no deus solar Rá e em sua viagem na barca celestial. O rei defunto, que segundo uma velha doutrina voava para o céu após a morte, passava a acompanhar a barca solar e inundava de vida e de luz o mundo dos mortos, como Rá o fazia em sua viagem noturna. Essas duas concepções, aparentemente contraditórias, eram, para os egípcios, como em vários outros casos, estados complementares de uma mesma situação. Já que o faraó era um deus, ficava claro que grande parte de seu poderio advinha de sua comunhão com os demais deuses. Ao lado, por exemplo, vemos uma imagem que apresenta Ramsés III (c. 1194 a 1163 a.C.) sendo enlaçado pela deusa Ísis, o que demonstra igualdade entre ambos. Portanto, as soluções dos grandes problemas nacionais passavam, inevitavelmente, pelos aconselhamentos e determinações das divindades. Mas, para tanto era imprescindível que o faraó as consultasse. Para o período anterior ao Império Novo não ficaram registrados os meios pelos quais o rei consultava os deuses. Mas sabemos que durante aquele período houve alguns mecanismos consagrados para o recebimento das ordens divinas. Através do sonho, por exemplo, Tutmósis IV recebeu orientação para desenterrar a esfinge. Mas, a forma mais comum consistia na consulta direta feita pelo faraó ao deus, quer estivesse este no santuário do templo ou em um santuário portátil em procissão. Em tais momentos o deus concedia a graça de manifestar sua vontade mediante um oráculo.

Foi dessa maneira que Amon-Rá, instalado em seu sacrário de Karnak, ordenou a Hatshepsut (c. 1473 a 1458 a.C.) que enviase uma expedição comercial à terra de Punt. Antes do reinado de Akhenaton (c. 1353 a 1335 a.C.) os oráculos só eram consultados em ocasiões especiais como, por exemplo, quando um novo soberano fosse assumir o poder ou quando se planejava uma expedição ao exterior. Ao término daquele reinado, a jurisprudência começou a ser influenciada por decisões emitidas por oráculos.

(Fonte: <http://www.fascinioegito.sh06.com/faraintro.htm>)

CAPITULO SEXTO

No Antigo Egito, Rá, o deus Sol, era visto como o criador do Sol e do Egito. Portanto, Rá foi o primeiro rei do Egito. O Sol era visto como uma força viva e o deus era concebido como o próprio Sol, na forma de um disco. *As lendas contam que Rá abriu mão do governo do Egito, entregando-o a outros deuses, em primeiro lugar a Hórus, que encarnava, segundo se acreditava, no faraó.* Esta transferência de poder não só colocou o faraó na esfera divina, como também o igualou aos outros deuses.

Os faraós ao morrerem, eram substituídos por seus filhos. Hórus sempre sucedia a Osíris e este desaparecia do cenário terrestre, num sentido figurado. Em Mênfis, a capital no Antigo Império, os faraós passaram a ser influenciados pelo culto solar e o resultado foi a fusão do deus-celeste Hórus com o deus-Sol Rá.

Na época da Quinta Dinastia, o faraó, agora identificado com Hórus, passou a ser o Filho de Rá. Nos primórdios da história egípcia, foi desenvolvido o conceito de que a mais pura forma do deus-Sol não era Hórus de cabeça de falcão, mas o orbe físico do próprio Sol, que era chamado de Aton; assim, Rá e Aton passaram a ser considerados como a mesma forma do Sol. O símbolo para este, naquele período específico, era um homem com cabeça de falcão e coroado pelo disco solar, cercado pelo Uraeus.

Posteriormente, de acordo com as representações encontradas no templo de Edfu, Hórus conquistou o mundo para Rá. Ele vencera o inimigo, que era nada mais, nada menos que Seth. Rá era basicamente o deus dos vivos, enquanto que Osíris era essencialmente o deus dos mortos. O faraó vivo era considerado a encarnação do grande deus Hórus que, ao morrer, se tornava Osíris, como soberano do além, considerando-se igual ao Deus. Ao suceder o faraó, o filho passava a ser o novo Hórus. O faraó morreria, mas seu filho, o novo Hórus, reinaria em seu lugar. A vitória do deus-Sol era proclamada todas as manhãs e isto era um lembrete diário do triunfo do bem sobre o mal através de Hórus. Durante mais de 3.000 anos, os soberanos de 27 dinastias foram considerados herdeiros de Hórus.

Hórus era um símbolo da realeza divina e o protetor do faraó reinante. No decorrer da história do Egito, Hórus foi pessoalmente identificado com o faraó, talvez porque o falcão podia voar através dos céus a grandes alturas e vigiar o império. Hórus era o protetor da monarquia. O faraó, desde o Antigo Império, era considerado como a encarnação de Hórus. O faraó atuava na esfera da harmonia entre o Céu e a Terra. Era ele quem zelava pela prosperidade e bem estar do país. São frequentes as cenas em que Hórus aparece junto do faraó como iguais, pois o faraó era representante de Hórus na Terra, sua imagem, reflexo e encarnação. Um exemplo disso, é que uma das mais famosas cenas de Hórus é a escultura existente no Museu do Cairo, de um falcão pousado no trono atrás da cabeça do faraó Kéfrén (2520 a 2494 a.C.), o construtor da segunda pirâmide de Gizé. O falcão abraça o faraó com suas asas para voar com ele rumo aos céus.

Hórus foi reconhecido como deus supremo e chegou a ser considerado o espírito vivificador do faraó (ka). Dessa forma, o faraó recebeu o título de “grande deus”. Nos textos funerários, o “grande deus” era concebido como Osíris (pois ele era o deus dos mortos). Hórus, o faraó, poderia ser proclamado filho de vários deuses. Assim, o faraó também aparece como filho de Osíris, identificado com o soberano morto. A relação de Hórus com Osíris é a de herdeiro e sucessor da linhagem real legítima. Ísis era o trono divinizado, aquele que o faraó recebia quando se tornava governante. Os egípcios se referiam ao trono como “mãe de Hórus”, o soberano reinante. Quando se dava ênfase à Divindade do faraó, este era “Hórus, filho de Hathor”, para expressar que era filho de Céu.

Houve também um faraó chamado Hórus, assim os sacerdotes substituíram Atum por Hórus, que passou a ser o deus que se criou e criou os outros e tudo mais, e que era encarnado na figura do faraó. (Vê-se que em esoterismo, o Olho de Hórus, o Sol e a figura do Faraó, têm o mesmo significado, a crença na existência de Deus).

O Nome Hórus do Faraó

A partir da V Dinastia, por volta de 2500 a.C., na época do Antigo Império, **os faraós passaram a adotar cinco nomes**. Os 5 títulos reais configuram o nome do faraó e estão documentados por quase todos os soberanos egípcios, desde o Médio Império até o final do período Helenístico Ptolomaico. Esses títulos representavam uma evidente declaração da origem Divina do faraó. **Os cinco títulos reais consistiam em quatro nomes que eram dados ao faraó quando este subia ao trono e um quinto nome que era escolhido quando do nascimento do futuro rei**. Ou seja, além do nome que lhe tinha sido dado quando nasceu, **o faraó assumia mais quatro nomes ao se tornar soberano**. **Três desses nomes se referem ao papel do rei como um deus**. Dois deles dão ênfase à divisão do Egito em duas terras, ambas sob o controle do rei.

O nome que se segue a cada título varia de faraó para faraó. Cada um define uma encarnação particular de Hórus. **Todo faraó, ao reinar, usava o nome de “Hórus” como o primeiro dos seus títulos e seu trono era “o trono de Hórus”.**

O título de "Hórus" é o mais antigo do protocolo real, que já aparece antes da unificação do Egito. **O título era uma afirmação da natureza Divina do monarca.** O título de Hórus era o favorito do faraó, pelo qual ele se identificava como o sucessor do grande deus que outrora governara a Terra.

O “nome Hórus”, desde os reis pré-dinásticos, era escrito dentro de um “serekh”, um retângulo que representava a fachada do palácio real, encimado pelo deus falcão Hórus. Ele aparece inclusive nas tumbas mais antigas feitas de adobe. Isso representa a crença de que o rei era o deus Hórus em forma humana na Terra. Os egípcios acreditavam que Osíris havia sido rei do Egito antes de morrer, portanto seu filho Hórus herdou seu reino. Os primeiros monarcas do Antigo Egito usavam apenas este nome. Depois, foi acrescentado o título “nebtj”, em homenagem as deusas protetoras do Alto e do Baixo Egito (Nekbet, a deusa-abutre e Wadjet, a deusa-serpente). Significava que o faraó controlava as duas partes do país, pois juntas elas representavam a força unificadora das Duas Terras.

O terceiro título era o de “Falcão Dourado” ou “Hórus de Ouro” (Hor Nebu), cuja simbologia declarava: "Bendito em anos quem faz tudo viver". Representava uma espécie de poder glorioso e impetuoso. O ouro era de grande importância para os egípcios, pois o consideravam como a pele de Rá, ou seja, era a pele do próprio Sol e seu brilho justificava a semelhança. Quando se adornava com ouro, o faraó era revestido da luz que iluminava a Terra. O próprio metal o divinizava; ele era o “Hórus de Ouro”. Outro título que o faraó adotava era o de “Filho de Rá”. Como tal, o faraó expressava sua divina filiação com o deus-Sol.

As origens do nome “Hórus Dourado” podem ser seguidas nas inscrições reais da primeira e terceira dinastia e também na Pedra de Palermo. Era simplesmente inscrita com o hieróglifo que significava ouro. A interpretação deste nome não é clara; para alguns significa a vitória de Hórus sobre Seth, enquanto que outros relacionam-no com a crença na eternidade do faraó. Quando foi introduzida no período dinástico antigo, simbolizava a divindade do faraó (o ouro era considerado eterno e se acreditava que a pele dos deuses era de ouro; o ouro portanto, era a representação da divindade). O ouro também simbolizava o Sol nascente.

Pela metade do Médio Império, o nome Hórus, o título Nebty e o nome Hórus Dourado já não eram usados tão comumente quanto os dois últimos, o nome de trono e o nome de nascimento. O quarto título, o “Nesu-bití”, significa “o que pertence ao junco e à abelha”, os quais são símbolos do Alto e Baixo Egito. Significava o direito que o faraó tinha sobre as duas metades de seu reino. A esse título segue o “prenomen”, o de “Filho de Rá”, que é o nome que o faraó adotava quando subia ao trono. O quinto título é o “nomen”, ou seja o nome de nascimento do faraó.

O Serekh



É um retângulo estilizado que contém o nome Hórus dos faraós. É dividido em dois compartimentos: o de baixo representa a vista frontal do palácio e o de cima representa uma vista do pátio do palácio. Era, em geral encimado pelo falcão, que representa o deus Hórus, patrono da monarquia, embora dois dos reis da segunda dinastia (Peribsen e Khasekhemwy) tenham incluído o deus Seth ou trocado o deus.

Os modernos historiadores se referem aos faraós do Egito por seus nomes e para distinguir aqueles que possuem o mesmo nome, colocam um algarismo romano. O Serekh foi usado, especialmente nos tempos pré-dinásticos e durante as primeiras três dinastias, depois foi substituído pelo cartucho.

Fonte: <http://www.planetaesoterico.com.br/horus/horus-e-a-realeza.html>

Saindo do Egito. Visitando ao homem moderno.

Na esteira de se tornar glorioso, único, maior, capaz em por si mesmo, a homem anulou até mesmo a idéia divina, ele decidiu “matar a Deus”.

CAPITULO SÉTIMO

O niilismo contemporâneo

A origem dos males espirituais que assolam o homem atual consiste no fato de que a cultura contemporânea está desprovida do sentido daqueles grandes valores que, nos tempos antigos e medievos – e também nos primeiros séculos da era moderna, renascentista, constituíam fundamentos essenciais de referência e, em ampla medida, impossíveis de se renunciar no pensamento e na vida. Esse fenômeno é o niilismo. Talvez uma das maiores contribuições do pensamento de Nietzsche para o entendimento do homem contemporâneo, foi a explicação do fenômeno do niilismo como elemento que assola a sua condição existencial e ontológica. Isto é, um homem sem Deus, sem metafísica, sem postulados éticos perenes. Um homem nu e sozinho.

Ensimismado nas suas circunstâncias corpóreas, nas suas necessidades mais comezinhas de subsistência física. Um aglomerado de moléculas explicadas pela química, física e a biologia. Foi para esse “novo homem” cujo estado psicológico doente e sem sentido que Nietzsche apontou.

Nietzsche resumiu a essência do niilismo, em sentido geral, na fórmula “Deus está morto”. Sua morte é o evento fundamental da modernidade e traz em seu bojo a desvalorização dos valores hegemônicos da tradição que forneciam ao homem um sentido ao mundo. A falta, o vácuo de sentido – a queda dos valores cosmológicos – que adveio com a “morte de Deus” produziram o niilismo tipificado por Nietzsche como de “estado psicológico³⁷”. Este consistiria num estado de desvalorização que ascende para a consciência mediante três formas que combinam entre si: finalidade, unidade e verdade. Em estado psicológico é, o niilismo, a consciência de penoso e lento processo de desvalorização que culmina nesse sentimento individual de ausência de sentido. Destarte, a confiança numa ordenação ético-moral do mundo, num progresso moral em direção a uma finalidade distante (telos), numa reunião da multiplicidade, numa unidade, perderam seu valor. O Direito moderno é pensado e feito para esse homem. O legislador preocupa-se com seu trabalho, sua subsistência, sua barriga, sua saúde, a educação de seus filhos; preocupa-se com as tragédias e dramas de sua vida. O Estado moderno ampliou de tal forma suas atribuições que, para suprir o vazio desse homem reduzido à sua corporeidade, passou a preenchê-lo com uma nova doutrina moral e existencial: a do “politicamente correto”; a da “inclusão”; a das “políticas públicas”. Parece não existir mais escolha moral para o homem. Ele não tem mais o direito de ter preconceitos, opiniões, de praguejar, de fumar, de beber, de ser avarento e perdulário. Tudo lhe é dado pronto pelo “Estado bedel”³⁹. Até a sua vida futura e as suas gerações vindouras é tutelada a priori por um credo anímico-ambientalista que lhe põe em grau inferior ao da natureza.

A vida já lhe vem tipificada por leis que são chocadas num viveiro legislativo que não deixa interstícios de escolha. A codificação racional-legal (projeto iluminista) que dirige as vontades humanas lhe retira a autonomia de sua vontade, lhe retira a dignidade. E paradoxalmente esse projeto é executado em nome do princípio da “dignidade humana” que se acha estampado em quase todas as constituições modernas, cânone indiscutível da religião civil.

O Direito moderno parece ser feito não para “Homens” e sim para “máquinas orgânicas falantes” vazias de qualquer consciência e valor transcendente. Os valores são dados pelo Estado-Deus hegeliano, pelo Leviatã hobbesiano, através de sua abundante legislação.

Se a anulação de Deus não fosse o suficiente, por outro lado, a sociologia verifica o surgimento da DIVINIZAÇÃO da vontade pública.

Durante os primórdios do iluminismo Rousseau conseguiu guindar a opinião pública, a vontade do povo ao nível do sagrado. A sacralização da “volonté générale” se tornou um dogma praticamente inquebrável da política e da construção do Direito contemporâneo. Tudo é feito em nome da vontade geral e tudo é feito para atendê-la. Albert Camus discorre magistralmente acerca do fenômeno de mistificação da vontade geral:

“Fica claro que, com o Contrato social, assistimos ao nascimento de uma mística, já que a vontade geral é postulada como o próprio Deus. “Cada um de nós, diz Rousseau, “coloca a sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos no nosso corpo cada indivíduo, como parte indivisível do todo. Essa pessoa política, que se tornou soberana, é também definida como pessoa divina. Tem aliás todos os atributos da pessoa divina. Ela é efetivamente infalível, já que o soberano não pode querer o abuso. (...) Ela é também inalienável, indivisível e, finalmente, visa até mesmo resolver o grande problema teológico, a contradição entre a onipotência e a inocência divinas. A vontade geral é realmente coercitiva; seu poder não tem limites. “Mas o castigo que imporá a quem recusar-lhe obediência não é mais que uma forma de forçá-lo a ser livre”. A deificação se completa quando Rousseau, separando o soberano de suas próprias origens, chega a distinguir a vontade geral da vontade de todos. (...) A vontade geral é em primeiro lugar a expressão da razão universal, que é categórica. Nasceu o novo Deus. “

Camus enfatiza ainda que o Contrato Social está repleto de palavras como “absoluto”, “sagrado”, “inviolável” e reafirma que o corpo político definido como tal, cuja lei é um mandamento sagrado, não é mais que um produto de substituição [um ersatz] do corpo místico da cristandade temporal. O Contrato social se constitui uma descrição de uma religião civil e faz de seu autor um evangelista da “boa nova” que fundamentará os textos constitucionais sagrados das sociedades contemporâneas. Rousseau, segundo Camus, foi na verdade o primeiro “teólogo” a instituir a profissão de fé civil do Estado moderno. Interessante analisar os desdobramentos, dois séculos depois, desse fenômeno de sacralização da vontade geral. Um deles é o tão ventilado princípio da supremacia do interesse público, tão comum no Direito Administrativo. Em nome desse tal “interesse público” o administrador faz qualquer coisa e justifica seus atos discricionários. De outro turno, também há o Ministério Público – novo tipo de corpo sacerdotal da religião civil – que atua como fiscal desse interesse público e em nome dele age e acusa indivíduos e instituições. O ato de improbidade administrativa é um novo tipo de “sacrilégio” para o qual há inclusive um rol de penitências sendo que a maior delas é perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos. Ou seja, trata-se de uma forma de excomunhão civil.

(A DIVINIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E A CRENÇA NA SOCIEDADE RACIONAL E PERFEITA: UMA CONSEQÜÊNCIA DO ILUMINISMO Paulo Henrique Vieira da Costa)

Com base em tudo que foi escrito até aqui...

CAPITULO OITAVO

NÃO PERCEBES QUE O EGITO... ... ESTÁ ARRUINADO?

Os conselheiros do faraó lhe disseram: "Até quando este homem será uma ameaça para nós? Deixa os homens irem prestar culto ao Senhor, o Deus deles. Não percebes que o Egito está arruinado?"

Não percebes que o Egito está arruinado?

Podemos começar a entender a rejeição tão profunda, a desgraça psicológica que conduziu ao Faraó a confiar na última pessoa da terra no qual ele poderia se escorar naquele momento. Nele mesmo. Aquele judeu marginal, escravo fugido, estrangeiro sem nome ousava desafiar ao “Senhor dos rituais”, ao filho do Sol, ao escolhido por Hórus, aquele que ligava as duas terras, ao sumo-sacerdote separado e ordenado entre os deuses e os homens, ao homem-divino, ao detentor da verdade suprema, ao supremo soberano do alto e baixo Egito? Por sua benção se estabelecia as cheias do Nilo e os povos vinham de longe com oferendas curvar-se, sim, vinham os príncipes das nações prestar-lhe homenagens, e esse sujeito sem-nome, ousava enfrentar a quem tinha o domínio do mundo dos vivos e os poderes da magia oriundo do mundo dos mortos? Ele que era o detentor dos 5 nomes sagrados, ele o regente do universo, ele que tinha imagens suas retratadas como guerreiro nas paredes de vários templos, sempre em posição de vitória. Ele que nas iconografias era pintado semelhante aos deuses, tanto na postura, nas dimensões quanto aos adereços. Ele o portador das duas coroas, Hedjet consagrada a deusa Nekhbet, que o protegia desde o nascimento e outra Uadjit, consagrada a deusa Amonet, esposa de Amon, a portadora do Poder, do Intangível e do oculto. Os faraós consideravam-se homens que compartilhavam da essência do divino, e *sabiam* muito bem disso. Diante do rei o súdito tinha de prostrar-se no chão lê-se numa inscrição "estendi-me sobre meu ventre e perdi os sentidos diante dele", e também "os governantes de Medja, Irtjet e Uauat beijaram a terra e aclamaram grandemente" ou dobrar-se respeitosamente conselheiros "curvados sobre seus ventres diante de Sua Majestade" Sofreria punição quem tocasse, mesmo involuntariamente, na pessoa do rei, e este fato era tão extraordinário que mereceu o registro na tumba do sacerdote Ra-ur, que viveu durante a quinta dinastia. Certa vez ele participava de uma cerimônia na qual estava presente o faraó Nefer-ir-ka-Ra e de repente a maça do rei tocou por acaso em sua perna, mas o soberano interveio a seu favor e ordenou: "Minha Majestade deseja que ele passe muito bem, de modo que nada de mau lhe aconteça!". 2 1 Beijar o pé do faraó, portanto, seria

considerado suprema honraria, sinal de grande prestígio, como sucedeu com Ptah-nash, vizir do mesmo Nefer-ir-ka-Ra: "Quando Sua Majestade viu que beijaria a terra, Sua Majestade disse:

- Não beijes a terra, beija meu pé". Ao ouvirem isso, "os filhos do rei e os cortesãos que estavam no palácio tremeram de medo" (Pobres Faraós divinos – Emanuel Araújo)

E quando Moisés fica de pé diante dele é importante ter em mente esses fatos para compreendermos o tamanho da afronta cometida. Os escravos *apiru*, ou hebreus, ousaram emitir UMA ORDEM contra o mais poderoso dos homens.

A maior façanha da vida de um Faraó seria manter a regularidade da cheia do rio Nilo. Os rituais fantásticos que se seguiam, quando o faraó invocava seu grande poder e demonstrava seu domínio sobre a ordem reuniam uma incontável multidão. Quando o Nilo foi ferido na primeira praga seu domínio fora colocado em xeque. Cada praga vai tornando cada vez mais claro sua condição de humanidade e a distância entre a lenda criada a seu respeito e a dura realidade. Nunca a humanidade havia visto uma coisa como esta. Nós lemos sobre as pragas, mas não temos noção clara de como dentro de um mundo absurdamente mágico, absolutamente místico, completamente religioso, ciente da existência de uma realidade espiritual, elas refletem Poder. Para nós elas são fantásticas, mas para os egípcios elas reverberavam de modo inequívoco ao sobrenatural. O terror se alastrava nos corações e a cada movimento daquele “deus” desconhecido, daquela dimensão de poderes imaginados, a cada movimento daquela mão invisível. Todos temem o que não podem ver. Se tais fatos ocorressem hoje não haveria a comoção que aconteceu naquela época. Porém o mundo de hoje teme outras coisas, possui outros pavores. Por anos os americanos construíram abrigos anti nuclear na época da guerra-fria. As mudanças climáticas e mesmo mudanças cosmológicas trazem apreensão a muitos. O Apocalipse fala-nos de dias futuros onde o movimento divino na terra causará o terror numa dimensão que o homem moderno desconhece. Os reflexos dos acontecimentos sobrepujaram todos os recursos da religião e da ciência daqueles dias. Os magos eram sábios, escribas, doutores reúnem-se e tomam uma atitude nova diante da potestade do faraó. Eles mostram de modo claro sua completa reprovação a sua atitude de arrogância diante de tudo que estava acontecendo. Pela primeira vez todo um conselho real, todo o sacerdócio de uma nação, vai até um soberano e o enfrenta. E dele discorda veementemente. E jogam em seu rosto as consequências visíveis de seus atos. O Egito da antiguidade jazia destruído diante do inominável. As plantações estavam queimadas. O rio de onde dependiam para renovação das colheitas, contaminado. Os animais dos campos haviam morrido. O Faraó dominava agora sobre uma nação empobrecida.

Alguns dias antes deste momento os que realizavam rituais e que invocavam poderes mágicos por nós desconhecidos, que se inspiravam em magias de livros que não chegaram até nós, reconheciam, que estava além de tudo o que conheciam, de tudo que haviam experimentado, as coisas que estavam ali acontecendo. Mestres na arte da adivinhação, ou do engano, com artimanhas oriundas de alquimia e truques de mágica, unidos aos matemáticos, aos astrônomos e linguistas tinham uma só expressão sobre o que estava acontecendo:

- Isto é o *dedo de Deus*.

O respeito aos magos no antigo Egito é muito grande. Ele é um misto de Engenheiro, médico, matemático e sacerdote. No texto conhecido como Profecias de Neférti (Museu do Ermitage, nº 1.116 B), 1 8 um Faraó de nome Senéfru chama os membros de seu conselho de "companheiros" e um sacerdote de "meu amigo", pedindo-lhe para narrar algo que o distraísse; além disso, o próprio faraó "em seguida estendeu sua mão para a caixa com o necessário para a escrita e tirou um rolo de papiro e uma paleta, e começou a escrever as palavras do sacerdote-leitor Neférti.

Mas o que era nu e patente diante dos olhos de todos era invisível aos olhos de Faraó. Ele abraçou seu orgulho mesmo diante de evidências contrárias, deixou de lado a racionalidade, os conselhos e o conhecimento de sua própria humanidade em nome do que criam a seu respeito, em nome do que imaginaram a seu respeito. Diante de seus olhos estavam estampadas centenas de imagens que os arqueólogos só conheceram desgastadas pelo tempo, vívidas, brilhantes e multicoloridas em todas elas a representação de sua glória, do seu poder e de sua vitória.

Que venham os gafanhotos.

E os gafanhotos vieram.

Uma praga de gafanhotos com cerca de 100 toneladas e 30 km de extensão por 2,5 km de largura atingiu 2 milhões de hectares de lavoura no Mato Grosso do sul em 1992. Em março de 2013 uma nuvem com 30 milhões de gafanhotos atacou o Cairo no Egito. Em 1955, uma nuvem de gafanhotos migratórios de 250 km de comprimento e 20 km de largura atacou o S do Marrocos. Em 2013 ao todo, 2.213 hectares, quase metade de toda área afetada pelas enxurradas em Manica, de culturas diversas, sobretudo milho e feijões, foram destruídos pelas pragas, que atingiram os distritos de Tambara e Macossa (norte), Chimoio (centro) e Machaze (sul) na ilha de Madagascar. Um Enorme enxame que atingiu o seu pico em 1875 devastou vastas zonas na fronteira americana. Contendo aproximadamente 3,5 trilhões de gafanhotos e ocupando uma área de cerca de 513,000 quilômetros quadrados, foi o maior enxame estudado até os dias de hoje. Podemos ter uma noção do que ocorreu na nona praga nos dias do Egito.

Ao ver os gafanhotos o próprio coração do faraó estremeceu. A terra escureceu. E pela primeira vez desde que o processo de libertação de Israel teve início, e num ato inimaginado até então o homem que se considerava a encarnação terrena de Rá, o filho do sol, reconheceu-se como pecador. Moisés orou mais uma vez e os gafanhotos foram levados, trilhões talvez, arrastados para longe num único dia.

Ao ver o sol nascendo mais uma vez, diante de dois dos maiores sinais já presenciados pelo ser humano, a invocação de imediata do maior enxame de gafanhotos já visto pelo homem e a retirada imediata deles das terras de uma nação, o faraó deixará de lado suas promessas, largará de mão seu arrependimento, e abraçando-se em SI MESMO ele simplesmente desprezará a manifestação divina.

As lendas dizem que ele é filho do sol. Talvez por vê-lo brilhar novamente reacendeu nele a antiga disposição de crer nas mesmas mentiras de sempre.

Mas, o sol seria envergonhado um pouco depois. Não nos é descrito nas Escrituras o que os sacerdotes e magos faziam. De algum modo rituais magníficos eram realizados para que o faraó pudesse legitimar sua confiança em sua própria divindade.

Então, os céus se escureceram ao meio dia. *E as trevas tomaram conta do trono do rei sol.* E por três dias inteiros milhões de pessoas permaneceram na mais densa escuridão. Cegas. Absolutamente despidas da luz. E mesmo que acendessem tochas, aquilo que as envolvia não permitia que pudessem ver.

E por fim, *o dono de tudo*, concedeu a Moisés a concessão do que ele solicitava. Concessão parcial. Ao conceder parte do que Moisés solicitava por intermédio divino o faraó criava uma reserva de autoridade para si mesmo. Era ainda um deus negociando com outra divindade. Ele, ainda que acuado, permitia, e se não fosse sua soberana vontade, se não fosse segundo sua ORDENAÇÃO, eles não sairiam dali. Ainda queria negociar sua honra, ainda queria manter sua posição, ainda reclamava para si sua divindade. Havia o risco de que os hebreus não retornassem e raciocinando ele compreende que os hebreus não têm como ir muito longe dar culto aquele poder terrível, se não tivessem suas provisões. Tentara garantir-se ainda mais nos momentos anteriores segurando as crianças, antes da oitava praga mas falhara miseravelmente.

Sua oferta parecia-lhe razoável. Mas ele não estava em posição de negociar. E Deus queria deixar isso de modo bem claro. Moisés vira para ele e diz que não. Não aceita tal proposição. Tudo que pertence aos israelitas irá com eles. Tudo, absolutamente tudo. Nada restará, nenhuma garantia, nenhum carneiro, nem uma pequena ave ficará. Isso não é uma negociação.

Let my people go. É uma ORDEM e você deve CURVAR-SE, obedecer sem reservas. Significa que o deus de todo o Egito, o senhor do ritual, o senhor das duas terras e o DONO DA VERDADE terá que fazer exatamente tudo que lhe foi ordenado, terá que SUBMETER-SE.

Deixar de lado sua deidade.

Um dos conceitos filosóficos e espirituais vigente na mentalidade egípcia era um conceito denominado MAAT. Verdade. Maat era uma antiquíssima divindade que estabelecia o juízo, a verdade, o princípio absoluto. Representava ao *dharma*, segundo o hinduísmo.

A verdade do universo era emitida pela boca do faraó, seu julgamento era perfeito e a justiça em toda a terra do Egito, a integridade, a sabedoria e a ordem que estabelecia e guiava as almas sai da boca do faraó.

Obedecer a palavra profética e ao Senhor significava renunciar a Maat. A verdade diante de seus olhos e provada de modo sobrenatural e terrível não prevalecia sobre a “verdade” sobrepujada de sua religiosidade morta, inútil, incapaz de lidar com aquela situação. **A Maat de Moisés era maior que a sua Maat.**

E isso não poderia ser.

Então o faraó lança seu último desafio. **Não irá prestar obediência a ninguém se não a ele mesmo *senhor de todas as realidades.***

Ameaça a Moisés de morrer. O expulsa definitivamente de sua presença.

- Vai-te daqui, e livra-te que eu te veja novamente! gritou para Moisés.

Se tornares a vir ver-me, você morre!

Moisés: - Pois saiba. Nunca mais te verei.

Foi a resposta.

Assegurar para o faraó ou para a rainha uma vida feliz no além-túmulo, era o objetivo pretendido pelos textos das pirâmides. Os egípcios acreditavam que a palavra escrita tinha um poderio mágico capaz de fazer com que a sua simples presença fosse suficiente para tornar realidade o pensamento que ela expressava. Acreditavam também que a palavra falada possuía o mesmo poderio, desde que proferida por um indivíduo devidamente qualificado. Nesse caso, entretanto, ficava-se na dependência da boa vontade ou da diligência de outras pessoas.

Os Textos das Pirâmides, considerados o mais antigo conjunto de escritos religiosos do mundo, são constituídos por 759 fórmulas mágicas, hinos, rituais e listas de oferendas mescladas com histórias mitológicas. Os faraós aspiravam juntar-se às *indestrutíveis*, nome dado às estrelas circumpolares que nunca desaparecem do horizonte. Para alcançar tal intento eles tinham que usar magia e esses textos os ajudavam a encontrar a fórmula correta. Algumas dessas fórmulas deveriam, além disso, ser lidas nos funerais dos reis. Nenhuma pirâmide contém o conjunto completo dos 2291 parágrafos que formam os Textos das Pirâmides.

Muitos dos textos descrevem a viagem do faraó com destino ao mundo situado no céu além do horizonte oriental e suas atividades ao chegar lá. Embora o rei pudesse contar com alguma ajuda dos deuses nessa jornada, o fato de estar armado com o mágico poder das palavras lhe assegurava sair-se vitorioso dos vários obstáculos. Além disso, com a ajuda dos textos assegurava a sua associação com o deus-Sol em sua viagem diária através do céu. Coleções de hinos em louvor aos deuses e de preces em favor do rei morto também fazem parte da coletânea de textos.

Nesses antigos e misteriosos escritos, grande parte das sentenças são mágicas. Recitá-las colocaria a alma do faraó em situação de se defender no além-túmulo e de afirmar seus direitos. Existem também algumas passagens dramáticas consagradas à imortalidade do rei, representado unido ao deus-Sol, do qual ele era na terra o filho e representante. Um dos textos afirma categórico:

O rei não está morto, ele se tornou um ser que, como o sol da manhã, se eleva a leste atrás do horizonte. Ele repousa da vida a oeste, como o sol ao se deitar, mas a aurora o reencontrará a leste. Disseste que ele morreu? Não, ele não morre. Ele é o sol, ele vive eternamente. Oh sublime entre as estrelas imperecíveis, tu não perecerás. Os homens tombam e seus nomes desaparecem, mas Rá toma o rei pela mão e o conduz para o céu a fim de que ele não morra sobre a terra entre os homens.

Este rei foi para longe de vós, oh mortais. Ele não é mais da terra, mas sim do céu. Como uma nuvem, ele voa em direção ao céu; ele se eleva ao céu como o gavião e suas plumas são similares às do ganso selvagem. Ele se lança para o céu como uma cegonha, ele beija o céu como um falcão, ele salta em direção ao céu como uma rã. Ele sobe em direção aos céus. Ele sobe em direção aos céus sobre o vento, sobre o vento. As nuvens do céu estão carregadas dele, ele sobe numa nuvem de chuva.

Ele é uma chama que se eleva nas asas do vento em direção aos confins do firmamento. As escadas do céu descem diante dele para que ele possa subir. Oh deus, sustentai o rei em vossos braços! elevai-o, levantai-o em direção ao céu. Em direção ao céu! Em direção ao céu! Em direção ao grande trono de Rá no meio dos deuses. Os portões do céu se abrem, os portões do céu se escancaram. Oh Rá, teu filho veio a ti. Apertai-o contra o peito, estreitai-o em teus braços! Oh Rei, oh Purríssimo, toma teu lugar na barca do sol e navega pelo céu! Navega com as estrelas imperecíveis, navega com os astros que não se cansam jamais!

CAPITULO NONO

Embora o mais antigo conjunto de textos das pirâmides encontrado pelos arqueólogos esteja datado do final da V dinastia (c. de 2350 a.C.), já que foram descobertos na câmara e antecâmara da pirâmide de Wenis (c. 2356 a 2323 a.C.)

O faraó construía pirâmides gigantescas na medida em que a vida após morte influenciava a sua cultura e o seu pensamento. O título “senhor de duas Terras” era bem significativo, porque fazia alusão a um segundo mundo, mundo no qual teria que vencer muitas batalhas para atingir o objetivo de sua existência, tornar-se uma estrela similar as estrelas visíveis das constelações observadas desde a antiguidade. As pirâmides eram alinhadas conforme a posição das estrelas, na câmara mortuária de Ramsés pode ser ver os cinco planetas visíveis a olho nu e Orion e Sirius.

Para que o faraó se tornasse uma estrela na constelação de Nut (deusa celestial) após a sua morte, ele precisaria dos vivos. O Livro dos mortos narra as fórmulas mágicas e as situações em que o morto deveria justificar-se para passar as fases e perigos que aguardavam ao faraó na dimensão da morte. Mas o corpo para o egípcio estava espiritualmente ligado a essência que iria transpor os domínios da morte. O egípcio dividia a essência de vida do ser humano em nove partes. Duas dessas partes, similares a alma e espírito ultrapassariam as barreiras da morte em direção ao lar dos imortais.

Mas a noite chegara para o homem que se considerava o sol.

Abertura de boca

A Decima praga seria o golpe final na condição divina do Faraó.

A morte dos primogênitos significava para o faraó o final de sua condição de ascender ao lugar glorioso. Ele necessitaria que seu herdeiro realizasse em seu corpo a cerimonia da abertura da boca para que a sua essência espiritual pudesse dialogar com as divindades. Era o instante em que o morto seria “acordado” no mundo dos mortos, ou acordaria do sono da morte para poder iniciar sua vida no outro mundo. Este ritual denominava-se *uep-rá* em egípcio. A existência deste ritual é comprovada desde a época do Império Antigo, tendo sido realizado até ao período romano. Os Textos das Pirâmides, que são os textos de carácter funerário mais antigo entre os Egípcios, já apresentavam várias fórmulas a serem recitadas pelos sacerdotes durante esta cerimônia. A partir do Império Novo o ritual começou a ser realizado sobre os caixões das múmias. O ritual era bastante elaborado, podendo durar vários dias caso se realizasse num defunto oriundo da classe abastada. Era conduzido pelo sacerdote e pelo filho mais velho do falecido. Consistia basicamente em tocar com determinados objetos na boca e nos olhos da estátua ou do caixão com o objetivo de permitir com que o morto pudesse comer e beber. Um desses objetos, que apresentava a forma de peixe numa das pontas, era denominado de *Pesekhef*; outro era o *Setep*, uma enxada de carpintaria. Os sacerdotes começavam por purificar a múmia (que era colocada sobre um monte de terra), usando incenso ou natrão. As facas faziam um corte simbólico sobre os olhos e a boca do caixão ou estátua.

Um boi era morto na ocasião e a pata anterior direita era oferecida à múmia. Uma representação famosa do ritual encontra-se na câmara funerária de Tutankhamon, no Vale dos Reis, na qual o sucessor do faraó, Ai, vestido com pele de leopardo, procede à realização do ritual sobre Tutankhamon. Ilustração do Livro dos Mortos de Hunefer, na qual a sua múmia, segurada por Anúbis, recebe o ritual da abertura da boca praticado por sacerdotes. No PAPIRO DE HUNEFER o capítulo da abertura da boca da estátua do escriba real Hunefer, amado de Osíris.

A cerimônia de abertura da boca era realizada antes da múmia ser sepultada. O sumo sacerdote tocava a boca do sarcófago com o instrumento conhecido como "Nu", proferindo os encantamentos descritos no livro dos mortos. Isso garantia que o morto tivesse seus sentidos de volta, isto é, ele poderia ver, ouvir e até mesmo comer de novo. Com seu rosto voltado para o Sul, sobre uma montanha de areia, ele olha para trás. Dizer que o falecido "olha para trás" significa que ele está "contemplando as ações que cometeu durante a vida".

A meia-noite do dia em que o faraó expulsou a Moisés do palácio acontecerá a morte de todos os primogênitos do Egito. De homens e de animais. *O filho do faraó morreu no mesmo instante da morte do mais pobre dos egípcios. E o que lhe ocorre, ocorre com o menor dos animais.* Os egípcios participam da mesma tragédia de seu soberano, de seu deus vivo. E assim também os sacerdotes. E os mágicos. E os escribas.

Creio que nessa época somente o filho do faraó tinha autoridade espiritual para realizar o ato cerimonial que acordaria seu pai no mundo dos mortos. Os hebreus escravizados trabalhavam em edifícios funerários, em gigantescas pirâmides, pirâmide preparada para receber o corpo de faraó. Só que já não havia mais para ele um caminho para seguir no reino dos mortos. Porque sem seu filho, ele jamais iria despertar.

E somente assim o faraó compreendeu que estava diante de um poder além de sua imaginação, senhor da vida e também senhor dos mortos. Estava diante de um poder que era capaz de impedir até mesmo a sua futura ressurreição. E neste instante, ele desistiu e obedeceu.

Uma última instancia de vaidade humana ainda acontecerá após a saída do povo do Egito.

As pinturas em todos os palácios e templos evocavam a figura do faraó guerreiro.

Do faraó, poderoso nas batalhas.

Ao compreender que a fuga dos escravos é inevitável faraó tentará resgatar seu status divino pela última vez. No campo de batalha. O orgulho o levará a lutar contra quem já demonstrou que tem poder sobre a vida e sobre a morte, sobre o presente e sobre o porvir. A economia do país está destruída. O povo aterrorizado. O Egito desmoralizado. Toda a terra do Egito chora os seus mortos, há enterros em todos os lugares. Sem dar ouvido a toda desgraça que já criou por causa de sua teimosia, sem considerar sequer o tempo devido para os rituais funerários de seu próprio filho, ele segue para tentar pela derradeira vez alcançar sua posição idealizada.

Por isso não se assusta com os raios e fogo que queima diante de seus olhos por toda a noite. Sua obstinação sem limites o levou a completa loucura. Quando finalmente alcança ao povo de Israel ele contempla o maior e mais poderosa operação milagrosa já contemplada pelo ser humano. Paredes de água se elevam a dezenas de metros no mar Vermelho. Não há poder em faraó para lutar contra tamanho poder.

Mas ele ainda assim desgraça, uma vez mais, o mais poderoso grupo militar vivo até aquela época.

Como um general ensandecido ele comanda suas tropas e vai a frente delas lutando conscientemente contra poderes sobre-naturais.

E finalmente Moisés abaixa seu braço direito.

E um tosco cajado que alguém havia lhe dado no monte de um antigo monte de nome Horebe.

E nada mais.

Wellington José Ferreira